



CONTRATO N.º 015/2020  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2019 (IAPSI - PI)  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2019

QUALIFICAÇÃO DA CONTRATANTE

|   |        |                             |                          |
|---|--------|-----------------------------|--------------------------|
| ESTADO DE SERGIPE, ATRAVÉS DO IPESAÚDE ÓRGÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DO ESTADO DE SERGIPE. |        |                             |                          |
| ENDEREÇO: RUA CAMPOS, 177 – SÃO JOSÉ.   |        | CIDADE: ARACAJU UF: SERGIPE |                          |
| CGC/MF Nº 08.042.554/0001-63  |        |                             |                          |
| REPRESENTANTE   | LEGAL: | DIRETOR                     | NOME: CHRISTIAN OLIVEIRA |
| PRESIDENTE  |        |                             |                          |
| ESTADO CIVIL: DIVORCIADO  |        |                             | PROFISSÃO: MÉDICO        |
| CPF N.º 724.068.795-34  |        |                             | RG N.º 10.239.456 SSP/SE |

QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA

|                           |   |
|---------------------------|---|
| RAZÃO SOCIAL:             | INFOWAY TECNOLOGIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA                               |
| ENDEREÇO:                 | AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 750, SALAS 1910/1918, BAIRRO FÁTIMA, TERESINA-PI |
| TELEFONE:                 | (86) 31316111   |
| Nº DO CNPJ:               | 01.239.608/0001-36  |
| Nº DA INS. MUNICIPAL:     | 070565-9  |
| REPRESENTANTE LEGAL:      | ANA CLARICE ANDRADE RODRIGUES   |
| Nº DO CPF:                | 998.609.693-34  |
| Nº DA CART. DE IDENTIDADE | 7099155 MTE/CE  |

O presente contrato está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e sua legislação suplementar, regendo-se pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93)**

O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de regulação, auditoria, perícia em saúde, contas médicas, emissão de pareceres e relatórios, operação, parametrização e atualização do sistema de processamento de dados da CONTRATANTE e outros serviços correlatos prestados pelo IPESAÚDE.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93)**

Os serviços serão prestados conforme descrição do Projeto Básico e o disposto na cláusula quinta deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93)**

O valor total estimado do contrato é de R\$ 3.243.000,00 (três milhões e duzentos e quarenta e três mil e oitocentos reais), sendo o estimado mensal de R\$ 270.250,00 (duzentos e setenta mil e duzentos e cinquenta reais). A contratante somente pagará á contratada pela efetiva execução dos serviços, após liquidação da obrigação.

| LOTE 1: AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICO |   |                                     |        |              |                |               |
|-------------------------------------|---|-------------------------------------|--------|--------------|----------------|---------------|
| N.º                                 | ITEM                                    | SUBITEM                             | QUAT.  | UNID.        | VALOR UNITÁRIO | VALOR MENSAL  |
| 1                                   | SEGMENTAÇÃO AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICA | MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO | 0      | Por vida/mês | R\$ 0,00       | R\$ 0,00      |
|                                     |   | CENTRAL DE                          | 115000 | Por          | R\$ 0,42       | R\$ 48.300,00 |

|                           |                        |  |        |                      |                  |                |
|---------------------------|------------------------|--|--------|----------------------|------------------|----------------|
|                           |                        | REGULAÇÃO 24X7                             |        | vida/mês             |                  |                |
|                           |                        | FATURAMENTO, AUDITORIA E REVISÃO DE CONTAS | 115000 | Por vida/mês         | R\$ 0,17         | R\$ 19.550,00  |
|                           |                        | GESTÃO DA CARTEIRA E COBRANÇA              | 0      | Por vida/mês         | R\$ 0,00         | R\$ 0,00       |
|                           |                        | GESTÃO DA REDE CREDENCIADA                 | 115000 | Por vida/mês         | R\$ 0,16         | R\$ 18.400,00  |
|                           |                        | APOIO À GESTÃO                             | 115000 | Por vida/mês         | R\$ 0,21         | R\$ 24.150,00  |
|                           |                        | PREVENÇÃO E PROMOÇÃO À SAÚDE               | 0      | Por vida/mês         | R\$ 0,00         | R\$ 0,00       |
| TOTAL AMBULATORIAL MENSAL |                        |  |        |                      | R\$ 0,96         | R\$ 110.400,00 |
| TOTAL AMBULATORIAL ANUAL  |                        |  |        |                      | R\$ 1.324.800,00 |                |
| LOTE 2: HOSPITALAR        |                        |  |        |                      |                  |                |
| N.º                       | ITEM                   | SUBITEM                                    | QUAT.  | UNID.                | VALOR UNITÁRIO   | VALOR MENSAL   |
| 2                         | SEGMENTAÇÃO HOSPITALAR | DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO  | 0      | Por evento/cont rato | R\$ 0,00         | R\$ 0,00       |
|                           |                        | MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO        | 0      | Por vida/mês         |                  |                |
|                           |                        | CENTRAL DE REGULAÇÃO 24X7                  | 115000 | Por vida/mês         | R\$ 0,35         | R\$ 40.250,00  |
|                           |                        | FATURAMENTO, AUDITORIA E REVISÃO DE CONTAS | 0      | Por vida/mês         | R\$ 0,69         | R\$ 79.350,00  |
|                           |                        | GESTÃO DA CARTEIRA E COBRANÇA              | 0      | Por vida/mês         | R\$ 0,00         | R\$ 0,00       |
|                           |                        | GESTÃO DA REDE CREDENCIADA                 | 115000 | Por vida/mês         | R\$ 0,13         | R\$ 14.950,00  |
|                           |                        | APOIO À GESTÃO                             | 115000 | Por vida/mês         | R\$ 0,22         | R\$ 25.300,00  |
|                           |                        | PREVENÇÃO E PROMOÇÃO À SAÚDE               | 0      | Por vida/mês         | R\$ 0,00         | R\$ 0,00       |
| TOTAL AMBULATORIAL MENSAL |                        |  |        |                      | R\$ 1,39         | R\$ 159.850,00 |
| TOTAL AMBULATORIAL ANUAL  |                        |  |        |                      | R\$ 1.918.200,00 |                |

| <b>RESUMO</b>  |  |                         |
|--|--|-------------------------|
| <b>TOTAL VALOR MENSAL (AMBULATORIAL + HOSPITALAR)</b>                    |  | <b>R\$ 270.250,00</b>   |
| <b>TOTAL VALOR MENSAL (AMBULATORIAL + HOSPITALAR) – POR BENEFICIÁRIO</b> |  | <b>R\$ 2,35</b>         |
| <b>TOTAL VALOR (AMBULATORIAL + HOSPITALAR) ANUAL</b>                     |  | <b>R\$ 3.243.000,00</b> |

No valor em questão estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.





§ 1º - O pagamento será efetuado após liquidação da despesa por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante(s) vencedor(es), no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo Setor responsável pelo recebimento do Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe.

§ 2º - Cabe ao Estado de Sergipe promover a retenção do ISSQN nos casos previstos na legislação do município competente para arrecadação do tributo.

§ 3º - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo os débitos relativos a tributos federais, à dívida ativa da União, e as contribuições previdenciárias e de terceiros), Estadual e Municipal do domicílio do contratado.

§ 4º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 5º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 6º - Garante-se ao Contratado o direito de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos dos arts. 14-B a 14-G da Lei nº 5.848/2006, a ser efetivado por meio de Termo Aditivo.

§ 7º - O reequilíbrio econômico-financeiro é limitado ao preço mínimo de mercado relativo ao objeto contratado.

§ 8º - Caso o preço passe a ser superior ao de mercado, impõe-se, como regra, a instauração de um novo processo licitatório, bem como a avaliação da oportunidade e conveniência da rescisão contratual.

§ 9º - O preço será reajustado, com base na variação do IPCA, após cada 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta final na licitação.

§ 10 - Os reajustes de preço serão formalizados por meio de simples apostilamento, de acordo com o disposto no art. 65, §8º, da Lei (Federal) n.º 8.666/93.

§ 11 - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

§ 12 - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo previsto no § 1º reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)**

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir do início da execução dos serviços, previsto para 01 de agosto de 2020, podendo ser prorrogado com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração por até 60 meses, na forma do art. 57, II da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Os serviços serão prestados nas datas e horários definidos no projeto básico, nas condições estipuladas no projeto básico, bem como, supletivamente, na proposta de preços.

§ 1º - O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art. 73 incisos I e II, "a" e "b".

§ 2º - O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

## CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei n.º 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada:

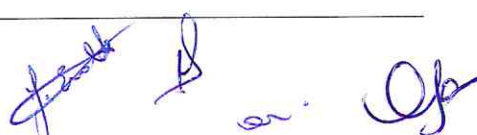
| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROJETO OU ATIVIDADE | ELEMENTO DE DESPESA | FONTE DE RECURSO |
|----------------------|--------------------------------------|----------------------|---------------------|------------------|
| 15204                | 04.124.0035                          | 688                  | 3.3.90.39.73        | 270              |

Nos exercícios posteriores, as despesas correrão à mesma conta ou daquela que for destinada a custear este tipo de despesa no orçamento do Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93)

### **I - A CONTRATADA, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:**

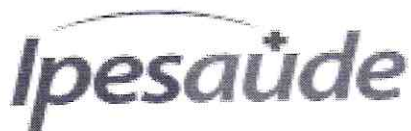
- a) Executar o serviço objeto deste Contrato em estrito acordo com as disposições do Edital e discriminação da proposta e ainda conforme as responsabilidades dispostas a seguir:
- b) Fornecer o objeto de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Termo, atendidos os requisitos e observadas às normas constantes deste instrumento, implantando de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz;
- c) Executar os serviços ora especificados, através de profissionais devidamente habilitados, sendo responsável pela idoneidade moral e ética dos seus profissionais, respondendo por todo e qualquer dano ou faltas que os mesmos venham a ocasionar no desempenho de suas funções;
- d) Manter a escala permanentemente preenchida, com os respectivos telefones para contato correndo por conta da contratada a substituição de profissionais de folga, férias ou outro impedimento para a continuidade dos serviços, devendo ser imediatamente substituído qualquer profissional da contratada, a pedido da contratante, sendo desnecessária a declaração dos motivos respectivos, sendo essas ações de responsabilidade do responsável técnico;
- e) A contratada deverá dar ciência prévia a contratante, cada vez que houver alterações decorrentes de eventuais substituições, exclusões ou inclusões;
- f) Dar ciência imediata e por escrito à contratante sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- g) Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente as reclamações sobre os serviços prestados por seus profissionais;
- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus profissionais das normas disciplinares determinadas pela contratada, devendo ser retirado, no prazo de dia 24 (vinte e quatro) horas após a notificação, qualquer profissional considerado com conduta inconveniente pela contratante;
- i) Responsabilizar-se pela assistência de seus profissionais que se acidentarem ou foram acometidos de mal súbito durante a execução dos serviços, conforme protocolos aceitos nacionalmente;
- j) Manter sob suas expensas, a fiscalização do andamento das atividades dos seus profissionais e de suas presenças no local designado para a execução do serviço, exercendo controle sobre a assiduidade e a pontualidade dos mesmos;
- k) Responsabilizar-se, por eventuais paralisações dos serviços, por parte dos seus profissionais, sem repasse de qualquer ônus a contratante, para que não haja interrupção nos serviços prestados;







- l) Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste Termo;
- m) Arcar com todas as despesas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamentos;
- n) Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca do objeto adquirido pelo contratante, sem prévia autorização;
- o) Notificar ao Ipesaúde a ocorrência de qualquer irregularidade na assistência do paciente que gere danos a este ou ao Ipesaúde, em que haja suspeita de fraude ou outra ilicitude, fornecendo relatório dos dados que permitam identificar os envolvidos;
- p) Não endossar faturas sem análise prévia e minuciosa;
- q) Seguir as normas constantes na Lista Referencial do Ipesaúde, sugerindo modificações necessárias;
- r) Não envolver-se em questões de ordem afetiva, familiar, política ou comercial com o credenciado e seus colaboradores;
- s) **Como a auditoria e contas médicas são compreendidos em processos contínuos, a contratada deverá assumir os trabalhos no estado em que se encontram, inclusive com a análise de eventos pendentes ou consumados à época da contratação;**
- t) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- u) Colocar à disposição do Ipesaúde, os meios necessários à comprovação da qualidade dos serviços, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito neste termo;
- v) Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para a contratação de serviços, em até 25 (vinte e cinco) por cento, nos termos do §1º do artigo 65 da Lei federal n. 8666/93;
- w) Apresentar relatórios mensais das atividades prestadas junto à rede credenciada, informando os pacientes internados por credenciado, tempo de permanência, custo assistenciais, autorizações concedidas e qualquer outra informação solicitada pela administração;
- x) Apresentar relatórios trimestrais evidenciando a economia gerada através da atuação dos serviços de auditoria, tendo sempre como base o mesmo período do exercício anterior;
- y) Nos casos de internação domiciliar, realizar visita à residência do paciente, emitindo parecer técnico quanto à indicação e prorrogação da internação, de acordo com os normativos e protocolos do Ipesaúde e autorização prévia de procedimento. A visita ao paciente internado em regime de tratamento domiciliar deverá ocorrer em até 72 (setenta e duas) horas da solicitação do Ipesaúde.
- z) Disponibilizar em quantidade suficiente, recursos humanos, equipamentos e infraestrutura, todos em perfeito estado de conservação e funcionamento, para prestação dos serviços.
- aa) A empresa contratada, com sede em Estado distinto ou fora da região da prestação do serviço, caso vença o certame, providenciará a instalação de uma representação no município de Aracaju, informando o responsável, endereço e telefone fixo e celular para atender a quaisquer necessidades do Ipesaúde, inclusive finais de semana e feriados, para casos excepcionais que porventura venham a ocorrer no contrato de prestação de serviços, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias após assinatura do Contrato, mantendo-a durante toda a sua vigência, a fim de realizar a eficaz supervisão e execução do Contrato.



bb) Apresentar, no momento da assinatura do contrato, a relação de toda a equipe informando as inscrições nos respectivos conselhos profissionais e cargos a serem desempenhados, conforme prescrições contidas neste documento.

cc) Garantir toda a segurança dos sistemas informatizados utilizados na operacionalização deste contrato.

dd) Promover e comunicar à CONTRATANTE rodízio trimestral dos profissionais de saúde que exercerem alguma atividade junto à rede prestadora;

**II - O CONTRATANTE, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:**

- a) Eleger o fiscal do contrato, profissional responsável pelo gerenciamento do serviço contratado, incluindo seus mecanismos de controle do serviço executado;
- b) Efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecida no contrato.
- c) Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos serviços que compõe o objeto deste termo para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- d) Aplicar as sanções decorrentes de eventuais inadimplementos parciais ou totais da CONTRATADA na forma prevista neste termo.
- e) Cumprir todas as obrigações deste contrato, bem como todas as exigências contidas no Edital, no contrato e na proposta de preços, que sejam de inteira competência do Contratante.
- f) Fornecer todas as informações, esclarecimentos e dados obrigatórios à realização dos serviços pela Contratada.
- g) Facilitar o exercício das funções da contratada, promovendo o bom entendimento entre seus servidores e os profissionais da contratada;

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 7º, da Lei nº 10.520/2002)**

A inobservância pela contratada de cláusulas ou obrigações constantes do contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o Ipesaúde, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso as seguintes penalidades contratuais:

I - advertência;

II - multa;

III – impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

§ 1º As sanções mencionadas nos subitens anteriores não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato administrativo, nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

§ 2º A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas dos contratos celebrados.

§ 3º A multa aplicável será de:

a) 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado;

b) 5% (cinco por cento) por descumprimento do prazo de execução, calculados sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 15.4.1;





c) 10% (dez por cento):

I - pela recusa injustificada em assinar o contrato no prazo estabelecido;

II - pela rescisão da avença, calculados sobre o valor total do contrato; e/ou

III - pela recusa injustificada em prestar total ou parcialmente o serviço, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

§ 4º O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente à contratada devidos ou cobrada judicialmente.

§ 5º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo da prestação do serviço, se dia de expediente normal no Ipesaúde, ou do primeiro dia útil seguinte.

§ 6º A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

§ 7º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução de serviços, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa.

§ 8º A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstem a participação em licitação e a contratação com a Administração, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

a) por 6 (seis) meses, nos casos de:

I - aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

II - alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida.

b) por 12 (doze) meses, nos casos de:

I - retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

c) por 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

I - entregar como verdadeira, mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

II - paralisação de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;

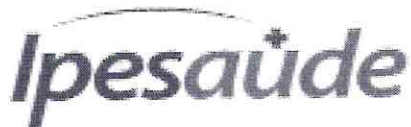
III - praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos de licitação no âmbito do Ipesaúde; ou

IV - sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

§ 9º Será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, por tempo indeterminado, o fornecedor que:

a) não regularizar a inadimplência contratual nos prazos estipulados neste edital; ou

b) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de ato ilícito praticado.



§ 10 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

§ 11 Em qualquer hipótese é assegurado à contratada amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos.

#### **CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93)**

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93.

§ 1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§ 2º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93)**

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito do Contratante de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 80, da Lei nº. 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93)**

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos do **Pregão Presencial n.º 001/2019** que, simultaneamente:

a) constam do Processo Administrativo IPESAÚDE n.º 015.204.200900/2020-2 e supletivamente processo administrativo IAPSI n.º A.A. 040.1.004104/19-61.

b) não contrarie o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto Federal n.º 7.892/2013, Decretos Estaduais nº 26.531/09 e nº 26.533/09.

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

O Contratante publicará, no Diário Oficial do Estado, o extrato do presente Contrato no prazo de 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.





### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93)

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65, da Lei 8.666/93, devidamente comprovados.

§ 1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§ 2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).

Na forma do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, o fiscal do contrato será definido por portaria específica designado pela autoridade competente.

§ 1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§ 2º - A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Capital do Estado de Sergipe como único competente para dirimir as questões que, porventura, surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

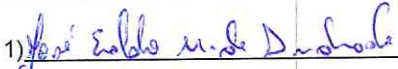
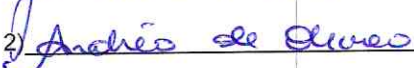
E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, a fim de que produza seus efeitos legais.

Aracaju/SE, 05 de junho de 2020.

  
**CHRISTIAN OLIVEIRA**  
DIRETOR PRESIDENTE  
IPESAÚDE

  
**ANA CLARICE ANDRADE RODRIGUES**  
REPRESENTANTE LEGAL  
INFOWAY

### **TESTEMUNHAS**

1)  CPF: 031.681.385-22  
2)  CPF: 236.328.215-0



ANEXO I – CONTRATO N.º 015/2020

## PROJETO BÁSICO

(CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS DE REGULAÇÃO, AUDITORIA, PERÍCIA EM SAÚDE, CONTAS MÉDICAS, EMISSÃO DE PARECERES E RELATÓRIOS, OPERAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS)

### 1. APRESENTAÇÃO

O presente termo tem por finalidade prestação de serviços técnicos de regulação, auditoria, perícia em saúde, contas médicas, emissão de pareceres e relatórios, operação, parametrização e atualização do sistema de processamento de dados, conforme especificações deste Projeto.

### 2. OBJETIVO

Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de regulação, auditoria, perícia em saúde, contas médicas, emissão de pareceres e relatórios, operação, parametrização e atualização do sistema de processamento de dados da CONTRATANTE e outros serviços correlatos prestados pelo IPESAÚDE.

### 3 JUSTIFICATIVA

A Lei 5.853 de 20 de março de 2006 dispõe sobre a criação do Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe - IPESAÚDE, vinculado à Secretaria de Estado da Administração - SEAD, pela qual é supervisionado, nos termos e para os fins da referida Lei nº 4.749, de 17 de janeiro de 2003.

O Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe - IPESAÚDE, tem por finalidade essencial a realização de ações de medicina preventiva e curativa, a serem desenvolvidas mediante aplicação de programas de assistência médica, ambulatorial e hospitalar, por meio de serviços próprios, e, se necessário, complementados por meio de entidades e/ou unidades de saúde credenciadas, abrangendo, ainda, programa básico de atendimento odontológico, bem como dos atos necessários para o diagnóstico e o tratamento prestados aos beneficiários do plano, com abrangência limitada ao Estado de Sergipe.

O Ipesaúde foi criado com o propósito de fornecer assistência à saúde dos servidores ativos, inativos e pensionistas da administração direta, autarquias e fundações de qualquer dos poderes do Estado, na forma prevista no Regulamento do Plano de Assistência à Saúde.

O IPESAÚDE oferece o benefício de Assistência à Saúde para cerca de 110.000 beneficiários, sendo parte dos atendimentos providos através de serviços próprios, porém quantidade muito expressiva deles são realizados por prestadores de serviços credenciados.

O setor de Saúde Suplementar no Brasil é muito complexo. Ao utilizar uma rede privada credenciada para assistência à saúde dos seus beneficiários, o Ipesaúde precisa atuar de maneira semelhante as Operadoras de Saúde do mercado privado.

A incorporação das novas tecnologias na saúde, aumento da expectativa de vida dos beneficiários, ampliação do rol de procedimentos para cobertura, entre outros, pressionam constantemente os custos e fazem com que superem, em média, duas vezes os índices oficiais de inflação do nosso País.

As Operadoras de Saúde Suplementar privadas conseguem equacionar esta diferença de custo através do reajuste da receita, como ilustra decisão recente da Agência Nacional de Saúde (ANS) concedendo um reajuste de 13,5% nas mensalidades dos planos individuais para este ano. Por sua vez, os planos regidos pelos Institutos Estaduais (Autarquias), como é o caso do IPESAÚDE - não conseguem acompanhar a escalada de custos por meio do ajuste da receita, restando a eles, como única alternativa, tornarem-se mais eficientes, melhorando seus processos de regulação, controle e gestão do benefício. Tecnologia, processos e pessoas especialistas formam os pilares que sustentam uma gestão eficiente.

Com salários defasados em relação ao mercado, quadro técnico desatualizado e processos de trabalho ineficientes, o IPESAÚDE tem apresentado indicadores de desempenho abaixo daqueles observados no mercado, traduzindo isso no consumo maior de valores para prover à saúde dos seus beneficiários.

GERÊNCIA DE CONTRATOS E CREDENCIAMENTOS - GECONC/IPESAÚDE.  
Endereço: Rua Campos nº 177 - Bairro São José - CEP: 49.015-220 - Aracaju/SE  
Fone/FAX: (0xx79)-3226-2765





Por imposição mercadológica, a gestão do benefício saúde deve obedecer normas processuais e ser executada por especialistas. Estando o IPESAÚDE impossibilitado de contar com estes recursos, pelo menos em tempo hábil, existe premente necessidade do Instituto em contratar empresa especializada que consiga agregar conhecimento técnico à gestão e traga processos de trabalho adotados pelo mercado para atuar em estreita sintonia com o a equipe interna do IPESAÚDE e melhorar a gestão do benefício saúde, trazendo economia de recursos e melhorando a qualidade do atendimento dos beneficiários.

Observa-se então, a necessidade de contratação de serviços técnicos de auditoria e perícia em saúde para dar suporte à gestão da assistência à saúde, objetivando o controle de custos, qualidade do atendimento ao usuário, pagamento justo da conta hospitalar e ambulatorial, transparência e segurança embasadas em conduta ética, minimizando o impacto orçamentário-financeiro ao Serviço de Saúde do IPESAÚDE.

Esta contratação está alinhada ao Plano Estratégico do IPESAÚDE com relação à Perspectiva Financeira; através da seguinte iniciativa: Garantir os recursos financeiros do orçamento do governo para investimentos nas iniciativas e projetos para os próximos cinco anos.

O Ipesaúde tem utilizado diferentes estratégias junto à rede credenciada, sempre alinhadas com a empresa contratante, no sentido de incrementar o cuidado certo, com o custo certo. A Regulação efetuada pelo Ipesaúde tem como premissa o compromisso com a qualidade do atendimento ao beneficiário, atuando de forma integrada na gestão de suas auditorias e perícias, bem como o uso racional dos recursos.

Este Termo de Referência trará benefícios diretos e indiretos através da otimização dos processos inerentes a auditoria e pagamento das contas médicas. Justifica-se assim, a contratação dos serviços indicados no objeto do presente Projeto Básico.

#### 4. BASE LEGAL

Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93, atualizada.

#### 5. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

A rede de prestadores conta com aproximadamente **11 (onze)** hospitais e **191 (cento e noventa e um)** clínicas ambulatoriais credenciados, bem com uma média de **11.000 (onze mil)** autorizações/mês de internações e procedimentos ambulatoriais, podendo haver variações sazonais na demanda durante o exercício.

Especificamente, o IPESAÚDE precisa contratar empresa que possa prestar os serviços de regulação técnica, nos seguintes moldes:

##### 5.1 PERÍCIA DOCUMENTAL

5.1.1 Disponibilizar uma Central de Regulação de Procedimentos, com acesso principal através de conectividade WEB, telefonia, fax, ou outra ferramenta tecnologicamente mais avançada.

5.1.2 Na Central de Regulação, a contratada deverá manter canais específicos para todos os procedimentos ambulatoriais/hospitalares, de acordo com os critérios estabelecidos pelo IPESAÚDE.

5.1.3 A execução da perícia por parte da CONTRATADA deverá respeitar o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data que ela foi demandada pelos prestadores definidos IPESAÚDE, com emissão de relatório;

5.1.4 Nos casos de urgência a perícia deverá ser realizada no prazo máximo de 4 (quatro) horas, a contar da data que ela foi demandada pelo Instituto, com emissão do relatório técnico;

5.1.5 Disponibilizar equipe técnica especializada em cada área de atuação (canais específicos); e dimensionada de forma a subsidiar as solicitações de laudo técnico encaminhadas pelo Ipesaúde, todos os dias úteis, no horário das 08:00 às 18:00 horas.

5.1.6 Avaliar/analisar documentação necessária à emissão de autorização prévia e/ou de guia de internação hospitalar/psiquiátrica ou em regime de hospital-dia e eventuais prorrogações, em conformidade com o tipo de patologia apresentada e prazos compatíveis para os atendimentos ambulatoriais/hospitalares.

5.1.7 Identificar e solicitar documentação complementar, laudos de exames ou mesmo perícias, nos casos pertinentes. Identificar a coerência entre procedimentos ou associações entre procedimentos e protocolos médicos estabelecidos.

5.1.8 Garantir, ainda, através do sistema informatizado, o controle de eventos de autorização limitados quantitativamente, conforme variáveis das diferentes modalidades assistenciais constantes no Regulamento próprio da CONTRATANTE;

## 5.2 PERÍCIA PRESENCIAL

5.2.1 Cabe a CONTRATADA realizar perícia em saúde presencial em pacientes, sempre que os elementos fornecidos pela documentação anexa à solicitação de procedimentos (relatórios e laudos de exames) não forem suficientes para a tomada de decisão;

5.2.2 Também deverão ser submetidos à perícia em saúde aos beneficiários que portarem solicitação de procedimentos controlados, de acordo com as situações previstas nas tabelas de procedimentos do IPESAÚDE ou sempre que solicitadas pelo Instituto;

5.2.3 As perícias deverão ser realizadas nas instalações da CONTRATANTE;

5.2.4 Os casos elegíveis para perícia em saúde serão demandados, via sistema, pelo IPESAÚDE à CONTRATADA;

5.2.5 A CONTRATADA deverá contar com recursos próprios especializados e suficientes para efetuar a perícia nas Unidades de Saúde definidas pelo IPESAÚDE;

5.2.6 A execução da perícia em saúde por parte da CONTRATADA deverá respeitar o prazo máximo de 21 (vinte e um) dias, a contar da data que ela foi demandada pelo Instituto;

5.2.7 O relatório técnico, consubstanciado e conclusivo, deverá ser disponibilizado para o IPESAÚDE no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da perícia;

5.2.8 Nos casos de urgência a perícia deverá ser realizada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data que ela foi demandada pelo Instituto, com emissão do relatório técnico;

5.2.9 A CONTRATADA deverá contar com a disponibilidade de médicos, odontólogos e outros profissionais em quantidade suficiente e em horário comercial, para atender os casos previamente agendados, com as seguintes especialidades: Ortopedia; Neurocirurgia; Cirurgia de coluna vertebral; Oftalmologia; Otorrinolaringologia; Cirurgia geral; Ginecologista-obstetra e Odontologia;

5.2.10 Cabe também a CONTRATADA realizar visitas domiciliares/hospitalares, por meio de profissionais de saúde, na região de abrangência da CONTRATANTE, quando das solicitações e pedidos de instalação de serviços de Internação Domiciliar, sempre que os elementos fornecidos pela documentação (relatórios e laudos de exames) não forem suficientes para a tomada de decisão;

5.2.11 Na prorrogação dos serviços domiciliares, o acompanhamento da auditoria dar-se-á por meio de visita, com emissão de relatório sobre a evolução da condição do paciente, necessidade de alta ou ajuste na medicação, materiais descartáveis, exames, rotinas de enfermagem, e liberação prévia de procedimento, quando for o caso;

5.2.12 A CONTRATADA deve verificar, na instalação e na prorrogação dos serviços domiciliares, se o eventual custeio para o paciente é comprovadamente menos oneroso para o CONTRATANTE, do que a internação em ambiente hospitalar, com emissão de laudo consubstanciado para decisão da CONTRATANTE no processo;

5.2.13 Efetuar visita domiciliar/hospitalar quando o paciente não puder se locomover e emitir parecer conclusivo para fins de concessão de liberação;

## 5.3 AUDITORIA

5.3.1 **Auditoria:** atividade especializada no exame de adequação, eficiência, eficácia e controle da organização, bem como verificação do desempenho em relação aos planos, metas e objetivos organizacionais (Instituto de





Audidores do Brasil). A *Auditoria em Saúde* é a análise dos atos e procedimentos executados por profissionais da saúde, aferindo a exata execução e conferindo os devidos valores, garantindo a justa e correta liquidação dos mesmos, tendo como referência normas legais, regulamentos técnicos, contratos estabelecidos, manuais de boas práticas em saúde e protocolos clínicos. A *Auditoria Médica e de Enfermagem* refere-se à verificação *in locu* da qualidade da assistência prestada, a plausibilidade técnica e econômica da assistência prestada, assim como a análise das cobranças realizadas ao IPESAÚDE.

**5.3.2 Auditoria “in locu”:** acompanhamento de eventos para verificar a adequação e qualidade do atendimento prestado ao usuário. É realizada nas dependências e instalações físicas do credenciado por equipe multiprofissional da Auditoria do IPESAÚDE, podendo ser através da revisão dos registros de prontuário do usuário, visita técnica aos usuários internados, acompanhamento dos procedimentos executados e serviços oferecidos, conferência pós-operatória de PME, entre outras técnicas de auditoria.

**5.3.3 Contas:** Conjunto de guias de atendimento encaminhadas ao IPESAÚDE pelos prestadores de serviços médicos especializados nas quais estão relacionados itens de procedimentos realizados aos beneficiários.

**5.3.4 Auditoria Prospectiva (Prévia):** Visita Técnica às instalações do prestador de serviços; Visita aos beneficiários quando assistido pelo prestador credenciado; Análise e autorização da pertinência clínica dos procedimentos solicitados pelo médico; Análise e parecer para cirurgias eletivas e PME, conforme protocolos e preços de mercado; Detecção, notificação e acompanhamento de não conformidades nas solicitações; Elaboração e emissão de pareceres técnicos sobre a matéria, da inclusão de novos procedimentos e propostas de preços conforme tabela adotada, bem como, para subsidiar o processo de credenciamento e descredenciamento de prestadores;

**5.3.5 Auditoria Concorrente (Hospitalar):** Visita diária ao beneficiário internado; Regularização da internação, suas prorrogações e dos procedimentos de urgência; Análise do preenchimento contemporâneo do prontuário e anexação de comprovação de uso de PME; Análise e autorização dos procedimentos eletivos; Análise e parecer dos procedimentos de alto custo; Análise e parecer de procedimentos seriados; Acompanhamento de procedimentos cirúrgico e clínicos realizados; Avaliação do grau de satisfação do beneficiário; Conferência de materiais e medicamentos prescritos/utilizados/faturados; Conferência de diárias, taxas, exames e honorários; Auditoria de Enfermagem; Elaboração de relatórios (visitas hospitalares, ocorrências e não conformidades, epidemiológico, de discrepâncias e de exceções, de longa permanência e de alto custo); Informar os óbitos ocorridos e as internações de longa permanência;

**5.3.6 Auditoria Retrospectiva (Analítica):** Conferência administrativa de faturas e contas apresentadas; Aplicação de glosas técnicas e administrativas; Análise de recursos de glosas; Correção dos valores informados; Elaboração de Demonstrativo de Análise de Contas Médicas;

**5.3.7 Auditoria de Internação Domiciliar, Psiquiátrica e Química:** Visita ao beneficiário internado; Emissão de parecer técnico quanto à indicação, classificação da complexidade e prorrogação de internação e liberação de procedimentos, conforme normas do IPESAÚDE;

**5.3.8 Auditoria de PME e procedimentos/produtos de alto custo:** Realizar a análise e autorização de PME (prótese e materiais especiais), assim como, de procedimentos e quimioterapias de alto custo, com responsabilidade pela negociação e cotação perante os fornecedores, e caso necessário elaboração de justificativa técnica referente à utilização daquele material, com apoio diário à Seção de Controle de Custos.

**5.3.9 Conferência de contas:** Conferência administrativa das contas hospitalares e ambulatoriais, em observância aos valores tabelados após análise técnica realizada pelos auditores.

## 5.4 PROCESSAMENTO DE CONTAS MÉDICO-HOSPITALARES

**5.4.1** A contratada deverá, ainda, prestar o serviço de contas médicas, para realização das seguintes atividades: gestão de todos os processos relacionados ao faturamento médico hospitalar, através da conferência de contas ambulatoriais e hospitalares, inclusão de glosas técnicas e realização de glosas valorativas, relatórios periódicos, análise dos recursos de glosa. Os trabalhos deverão ser executados conforme as normas institucionais, no sistema informatizado do IPESAÚDE/Contas médicas.

**5.4.2** Receber as faturas da rede credenciada, rubricar e protocolar, conforme cronograma previamente estabelecido pelo CONTRATANTE;

**5.4.3** Protocolizar as faturas no sistema de gestão da CONTRATANTE;



5.4.4 Operacionalizar o processamento de contas através da conectividade (.xml), arquivos ou papel;

5.4.5 Capturar os dados necessários para a realização de transações de faturamento eletrônico com os prestadores de serviço credenciados;

5.4.6 Conferir as faturas, avaliando a necessidade/fidelidade do preenchimento dos campos analisados, com base na documentação disponibilizada/exigida pelo CONTRATANTE, para fins de devolução e orientação à rede credenciada;

5.4.7 Em caso de recebimento de faturas incompletas ou com inconsistências, a CONTRATADA deverá devolvê-las ao prestador, com o motivo da devolução devidamente justificado;

5.4.8 Realizar auditoria administrativa interna das contas em saúde, por meio do sistema de processamento de contas da CONTRATANTE, para a consistência de valores cobrados em conta pelo prestador referente a tabelas de diárias e taxas acordadas, materiais especiais, materiais de consumo, medicamentos, terapias, exames e procedimentos, honorários médicos, entre outros, validando a elegibilidade do prestador e beneficiário, em 100% das contas;

5.4.9 Realizar auditoria técnica interna nas contas médicas/ odontológicas, para validação de critérios técnicos médicos, odontológicos e de enfermagem, com a aprovação do auditor interno, para a consistência de quantidades e itens contratuais cobrados em conta pelo prestador, referentes às tabelas de diárias e taxas acordadas, materiais especiais, terapias, exames e procedimentos, honorários médicos, entre outros, nas internações nas quais não tenha sido realizada a auditoria in loco da conta e dos procedimentos ambulatoriais realizados em clínicas;

5.4.10 Efetuar a auditoria das faturas transmitidas eletronicamente pela rede credenciada da CONTRATANTE no formato .xml ou outro que vier a substituí-lo;

5.4.11 Analisar e tratar as críticas da auditoria técnica no sistema de gestão utilizado pela CONTRATANTE;

5.4.12 São da responsabilidade da CONTRATADA as revisões de glosas solicitadas pelos credenciado/contratados;

5.4.13 As respostas aos recursos de glosas deverão ser encaminhadas, por meio eletrônico, diretamente aos prestadores;

5.4.14 Garantir ao CONTRATANTE o acesso ao sistema para consulta de informações referentes ao processamento de contas e auditoria;

5.4.15 Realizar auditoria interna periódica para identificação de falhas, avaliação da qualidade do serviço prestado e emissão de sugestões nos processos de auditoria de contas.

5.4.16 Disponibilizar ao CONTRATANTE os processos de contas médicas/odontológicas da rede credenciada, de modo que nenhum pagamento seja efetuado fora dos prazos contratuais.

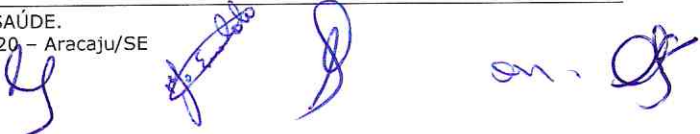
5.4.17 Disponibilizar no sistema as informações sobre cada pagamento, permitindo aos prestadores identificar o detalhamento dos pagamentos, explicações de eventuais glosas, valores de tributos, sempre de acordo com o cronograma em vigor;

5.4.18 Disponibilizar de maneira detalhada os motivos de glosa e pagamento conforme definição da CONTRATANTE, guardando o histórico;

5.4.19 Disponibilizar no sistema as informações do demonstrativo de utilização dos beneficiários, o demonstrativo de reembolso e a prévia de reembolso, observados os modelos previamente aprovados pelo CONTRATANTE;

5.4.20 Manter por conta própria as contas médicas arquivadas 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do respectivo faturamento e enviar regularmente, após este período, para a guarda da CONTRATANTE as faturas analisadas, acondicionadas em caixas, em ordem de CPF/CNPJ, a cada entrega, de acordo com os critérios estabelecidos, contendo numeração própria, juntamente com a relação dos protocolos constantes do seu interior, digitadas em planilha apartada, que deverá capear o invólucro;

5.4.21 O processamento de contas deverá prever a emissão dos seguintes relatórios: Dados de volume e custo dos eventos; Gerenciais individualizados por beneficiário e grupo familiar (demonstrativo global de utilização); Eventos pagos à rede credenciada, com históricos individualizados por prestador ou beneficiário contemplado (demonstrativo global de pagamento); Ressarcimento ao beneficiário por meio do reembolso; Mensais de glosas, glosa aceita e glosa em recurso, por prestador;





## 5.5 PROCESSAMENTO DE PEDIDOS DE REEMBOLSO

5.5.1 Compete à CONTRATADA, realizar o enquadramento/análise de procedimentos, auditoria e o cálculo de ressarcimento em recibos/notas fiscais na modalidade de Livre Escolha, efetuando eventuais indeferimentos, com a respectiva identificação do profissional que procedeu à codificação, independentemente da região de origem da nota fiscal e/ou recibo, observando os seguintes critérios:

5.5.1.1 Realizar pesquisa para comprovar se o CONTRATANTE possui credenciado/contratado na região apto a realizar o procedimento.

5.5.1.2 Os documentos indeferidos deverão ser encaminhados ao CONTRATANTE, capeados com formulário padrão a ser disponibilizado pelo Instituto.

## 5.6 ASSESSORIA À GESTÃO

5.6.1 Assessorar a contratante no planejamento, monitoramento e controle dos custos do IPESAÚDE.

5.6.2 Disponibilizar no software de gestão da CONTRATANTE, a demonstração das utilizações dos beneficiários, por família, valores, tipos de ocorrências, com o objetivo de acompanhamento da sinistralidade do IPESAÚDE.

5.6.3 Identificar os grupos de risco (a serem definidos pela IPESAÚDE), para implementação de políticas de prevenção.

5.6.4 Prestar, quando solicitado pela IPESAÚDE, subsídios técnicos, por escrito, para negociação de tabelas, bem como sobre novas tecnologias e métodos terapêuticos/diagnósticos, que estejam surgindo no mercado, quanto ao registro nos órgãos competentes, comprovação científica de sua eficácia e efetividade, estudos comparativos com técnicas mais convencionais, considerando também o enfoque da relação custo/benefício.

5.6.5 Em caso de novos materiais, medicamentos e procedimentos a serem incluídos na tabela da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá efetuar levantamento de preço de mercado em planos de saúde de autogestão, seguradoras, cooperativas e medicina de grupo emitindo parecer técnico que abranja os seguintes aspectos:

5.6.5.1 Vantagem para o plano de saúde com a inclusão do novo procedimento, apresentando a relação o custo x benefício entre realizar esse procedimento e manter a realização de outro produto/procedimento que o substitua, se for o caso, ou, ainda, a manutenção do não custeio do produto/procedimento em análise;

5.6.5.2 Informações sobre evidências científicas apontando a eficácia, riscos do uso produto/procedimento;

5.6.5.3 Registro na ANVISA no caso de material/medicamento, considerando, inclusive para qual patologia o produto foi registrado;

5.6.5.4 Protocolo clínico para realização do procedimento ou de utilização do material/medicamento; e

5.6.5.5 Outras informações julgadas necessárias pela IPESAÚDE.

5.6.6 Elaborar subsídios em caso de questionamentos judiciais, quando solicitado pela IPESAÚDE.

5.6.7 Analisar, com emissão de parecer, as tabelas pactuadas com a rede credenciada, inclusive negociações de pacotes.

5.6.8 Analisar proposta de pacotes de procedimentos e tabelas de preços, quando solicitado pela IPESAÚDE, levando em consideração a redução de custos e preço de mercado, emitindo parecer técnico no prazo de 10 (dez) dias úteis.

5.6.9 Avaliar semestralmente a rede credenciada pessoas físicas e jurídicas quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela IPESAÚDE.

5.6.10 Assessorar o IPESAÚDE à gerir a sinistralidade da sua carteira, com emissão de relatórios gerencias, contendo no mínimo:

5.6.10.1 Perfil epidemiológico da carteira;

5.6.10.2 Perfil etário;



- 5.6.10.3 Despesa per capita por: faixa etária, plano (se for o caso) e sexo;
- 5.6.10.4 Percentual de sinistralidade da carteira;
- 5.6.10.5 Dados estatísticos de Internações clínicas, cirúrgicas, partos e UTI;
- 5.6.10.6 Dados estatísticos dos Casos crônicos;
- 5.6.11 Identificar o grupo de risco da carteira da IPESAÚDE, contendo:
- 5.6.11.1 Identificação de beneficiários de risco;
- 5.6.11.2 Monitoramento;
- 5.6.11.3 Patologias;
- 5.6.11.4 Relatório técnico de acompanhamento.
- 5.6.12 Quando solicitado pelo Instituto, realizar visita técnica à estabelecimentos de saúde previamente definidos pelo IPESAÚDE, para efeito de credenciamento e descredenciamento de prestadores e em casos de suspeita de fraude;
- 5.6.12.1 Emitir o respectivo relatório consubstanciado e conclusivo em até 5 (cinco) dias após a visita;
- 5.6.12.2 Emitir pareceres, por meio de análise técnica e documental, para subsidiar decisão administrativa quanto ao credenciamento, inclusão de especialidade e/ou procedimento, inclusão de profissional, prorrogação de contrato de credenciamento, descredenciamento de profissional ou empresa no IPESAÚDE, segundo os parâmetros e orientações estabelecidos em conformidade com os Normativos do IPESAÚDE;
- 5.6.13 Elaborar o Manual de Orientações Técnicas ao Credenciado, submetendo-o à aprovação prévia do IPESAÚDE;
- 5.6.14 Sempre que solicitado, acompanhar e assessorar membros do IPESAÚDE em reuniões com credenciado/contratados;
- 5.6.15 É expressamente proibido à CONTRATADA prestar qualquer informação sobre o processo de credenciamento/extensão/prorrogação ou descredenciamento diretamente ao profissional ou entidade solicitante;
- 5.6.16 As atividades de credenciamento, descredenciamento, negociação e manutenção dos dados cadastrais da rede credenciada serão conduzidas pela equipe do IPESAÚDE.
- 5.6.17 Caberá exclusivamente ao IPESAÚDE:
- 5.6.17.1 Definir regras de autorização e pagamento para a rede credenciada;
- 5.6.17.2 Definir a estrutura de preços e negociação;
- 5.6.17.3 Definir os critérios para credenciamento/descredenciamento;
- 5.6.17.4 Definir os critérios para análise de performance e de curva de tendência dos recursos;
- 5.6.17.5 Executar a gestão dos contratos com a rede credenciada;
- 5.6.17.6 Executar a gestão de sindicâncias na rede credenciada;
- 5.6.18 A CONTRATADA somente poderá efetuar alterações cadastrais relacionadas às atividades da rede credenciada mediante autorização prévia do IPESAÚDE. Nestas situações a CONTRATADA deverá garantir que qualquer alteração com reflexos de natureza financeira (tabelas, reajustes etc.), assim como novos credenciamentos, sejam implantadas somente após validação do IPESAÚDE.

## 6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA





**6.1 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha atividade pertinente e compatível em características ao objeto da licitação, deverá estar emitido em nome e com o CNPJ/MF da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante;

**6.2 REGISTRO** da pessoa jurídica e do seu responsável técnico junto ao Conselho Regional de sua profissão de sua sede, estando ciente de que caso não estejam estabelecidos no município de prestação dos serviços (Aracaju) deverão providenciar, até a data de assinatura do contrato, a devida regularização junto ao Conselho de classe de Sergipe, para fins de responsabilidade técnica dos serviços, na forma da Resolução do seu Conselho de classe.

**6.3 COMPROVAÇÃO** de possuir em seu quadro permanente, na data da apresentação da proposta, de responsável técnico (Médico com especialização em Auditoria em Serviços de Saúde e Gestão em Planos de Saúde). A comprovação da vinculação do responsável técnico será aferida através da Certidão de Registro válida perante o conselho de classe, na qual o profissional figure como o responsável técnico da licitante; já a especialidade do referido profissional será aferida pelo currículo vitae e certificado de conclusão dos cursos de especialização;

**6.4 COMPROVAÇÃO** de vinculação (com ou sem natureza trabalhista) e experiência comprovada do corpo Técnico em número suficiente para prestação de serviço de qualidade, nas seguintes especialidades, qualificações e experiência:

**6.4.1 MÉDICO AUDITOR:** o profissional deverá ter, nível superior em medicina com registro no Conselho Regional de Medicina, pós graduação em Auditoria de Serviços de Saúde, e, no mínimo, experiência profissional de, pelo menos, 01 (um) ano nas áreas de auditoria comprovada em carteira de trabalho ou por declaração de empregador, pessoa jurídica. O profissional deverá apresentar as competências de organização, assiduidade, iniciativa, bom relacionamento interpessoal, discrição e sigilo;

**6.4.2 ENFERMEIRO AUDITOR:** o profissional deverá ter nível superior em Enfermagem com registro no Conselho Regional de Enfermagem, pós graduação em Auditoria de Serviços de Saúde, e, experiência profissional de, pelo menos, 01 (um) ano nas áreas de auditoria de contas médico-hospitalares comprovada em carteira de trabalho ou por declaração de empregador, pessoa jurídica. O profissional deverá apresentar as competências de organização, assiduidade, iniciativa, bom relacionamento interpessoal, discrição e sigilo;

**6.4.3 ODONTÓLOGO AUDITOR:** o profissional deverá ter nível superior em Odontologia com registro no Conselho Regional de Odontologia, pós graduação em Auditoria de Serviços de Saúde, e, experiência profissional de, pelo menos, 01 (um) ano nas áreas de auditoria e perícia de contas médico-hospitalares comprovada em carteira de trabalho ou por declaração de empregador, pessoa jurídica. O profissional deverá apresentar as competências de organização, assiduidade, iniciativa, bom relacionamento interpessoal, discrição e sigilo;

**6.4.4 FISIOTERAPEUTA AUDITOR:** o profissional deverá ter nível superior em fisioterapia com registro no Conselho Regional de classe, pós graduação em Auditoria de Serviços de Saúde, e, experiência profissional de, pelo menos, 01 (um) ano nas áreas de auditoria e perícia de contas médico-hospitalares comprovada em carteira de trabalho ou por declaração de empregador, pessoa jurídica. O profissional deverá apresentar as competências de organização, assiduidade, iniciativa, bom relacionamento interpessoal, discrição e sigilo;

**6.4.5 FONOTERAPIA AUDITOR:** o profissional deverá ter nível superior em fonoterapia com registro no Conselho Regional de classe, pós graduação em Auditoria de Serviços de Saúde, e, experiência profissional de, pelo menos, 01 (um) ano nas áreas de auditoria e perícia de contas médico-hospitalares comprovada em carteira de trabalho ou por declaração de empregador, pessoa jurídica. O profissional deverá apresentar as competências de organização, assiduidade, iniciativa, bom relacionamento interpessoal, discrição e sigilo;

**6.4.6 ASSISTENTE DE AUDITORIA:** profissional com nível médio e experiência de pelo menos 2 (dois) anos em serviços de saúde e auditoria médica, responsável pela interlocução entre contratante e contratado e pela administração das informações e das solicitações realizadas pela contratante;

**6.4.7 COORDENADOR MÉDICO:** responsável técnico (Médico com especialização em Auditoria em Serviços de Saúde e Gestão em Planos de Saúde);

**6.4.8 ANALISTA DE CONTAS MÉDICAS:** profissional com nível médio habilitado em curso teórico de contas médicas e/ou faturamento e/ou auditoria de contas, ministrado ou custeado pela contratada, a ser comprovado no momento de assinatura do contrato.

**6.5** Consideram-se integrantes do **QUADRO PERMANENTE DA LICITANTE**, para os fins descritos nos subitens 6.1.3 e 6.1.4, os profissionais indicados, que figurem:





6.5.1 Como sócios da pessoa jurídica, devendo ser apresentado o contrato social ou documento equivalente (consolidação, por exemplo), para fins de comprovação;

6.5.2 Como empregados, para os quais deverá ser apresentada a ficha de registro de emprego e o registro na carteira de trabalho;

6.5.3 Prestador de serviço sem vínculo empregatício, em relação ao qual deverá ser apresentado o respectivo contrato de prestação de serviços, em validade;

6.6 A Comprovação da experiência do corpo técnico da licitante será aferida mediante apresentação de **Curriculum Vitae e do diploma** acompanhado das carteiras profissionais emitidas pelo órgão de classe, com a respectiva prova de quitação.

6.7 Deverá ainda a licitante apresentar as seguintes declarações, de forma complementar:

6.7.1 De **PLENA CIÊNCIA**, de que vistoriou os locais onde serão prestados os serviços objeto da licitação e as instalações disponíveis e todas as condições existentes e que possam vir a interferir nos serviços, declarando não ter encontrado nenhum impedimento para realização dos mesmos, ficando ciente que não poderá alegar desconhecimento algum para pleitear inclusão de custo de adaptações ou quaisquer outras providências necessárias à perfeita prestação dos serviços.

6.7.1.1 Caso a licitante queira vistoriar os locais de execução dos serviços, deverão se dirigir ao seguinte endereço Rua Campos, 177, Bairro: São José; CEP: 49015-220, Telefone 3226-2781, no Horário de 07h às 13h, de 2ª a 6ª-feira, até 03 (três) dias úteis anterior à data da realização da licitação. Em caso de declinar da vistoria, esta seja declarada expressamente.

6.8 A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

## 7. DO PRAZO EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.1 Os serviços licitados deverão ser iniciados em até **15 (quinze) dias após a assinatura do contrato**, através da expedição de **ORDEN DE SERVIÇO**, podendo ser antecipado ou postergado se assim for entendido e definido pelo gestor do IPESAÚDE tendo como principal objetivo o atendimento e preservação dos interesses públicos afetos à contratação.

7.2 A licitante vencedora deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, relação nominal de todos os profissionais auditores afetos à execução dos serviços, juntamente com seus documentos: Comprovante de regularidade junto ao conselho de classe, título de graduação e especialidade do profissional;

7.3 O recebimento e a aceitação dos serviços estarão condicionados após avaliação pelo responsável técnico do IPESAÚDE, sendo atestados, mediante avaliação técnica favorável.

7.4 No ato da realização dos serviços deverá ser emitido relatório relacionado a todos os serviços prestados e ações desenvolvidas, após a verificação da compatibilidade dos mesmos com as necessidades expressas do IPESAÚDE, com comprovação de que o serviço atende às necessidades mínimas exigidas e/ou aquelas superiores oferecidas pela contratante;

7.5 Caso o contrato de prestação de serviços seja rescindido, por iniciativa de qualquer das partes envolvidas, não implica em cancelamento das garantias em vigor;

7.6 Toda e qualquer despesa decorrente da execução dos serviços aqui descritos, ficarão inteiramente a cargo da contratada, bem como a responsabilidade dos profissionais prestadores da Contratada, arcando com quaisquer danos que possam vir a ocorrer. A análise das contas dos prestadores credenciados deverá obedecer as condições e prazos estabelecidos na Lista Referencial do IPESAÚDE.

7.7 A assinatura do contrato será mediante convocação pelo Setor de Contratos do Instituto.

## 8 RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

8.1 O recebimento e a aceitação dos serviços contratados dar-se-ão por comissão ou servidor responsável, sendo atestados, mediante termo circunstanciado, e serão recebidos:

GERÊNCIA DE CONTRATOS E CREDENCIAMENTOS - GECONC/IPESAÚDE.  
Endereço: Rua Campos nº 177 - Bairro São José - CEP: 49.015-220 - Aracaju/SE  
Fone/FAX: (0xx79)-3226-2765





8.1.1 **Provisoriamente:** no ato da prestação dos serviços, para posterior verificação da conformidade do objeto, com as especificações contidas no Termo de Referência, mediante a emissão do termo de Recebimento Provisório; e

8.1.2 **Definitivamente:** no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do termo de recebimento provisório e após a verificação de sua compatibilidade dos serviços com as especificações do objeto desta licitação, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

## 9.CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

9.1 A contratada deverá dispor de profissionais médicos, enfermeiros e outros profissionais com pós-graduação em Auditoria em Sistemas de Saúde para a composição da equipe, nos seguintes moldes:

9.1.1 Deverá ser indicado responsáveis técnicos, para a equipe de auditores que promoverá todas as ações que se fizerem necessária para o bom andamento do serviço, além de responderem às demandas imediatas do IPESAÚDE;

9.1.2 Os profissionais deverão cumprir a escala fornecida pela contratada, dispor de telefone celular que permita o rápido contato e dispor de meios de locomoção que permita apresentarem-se aos prestadores indicados quando se fizer necessário;

9.1.3 A contratada deve fornecer escala de auditores internos, com carga horária de, no mínimo, 03 (três) horas diárias de segunda à sexta-feira, onde os profissionais ficarão à disposição para as atividades de auditoria, elaboração de pareceres técnicos, codificação e precificação de serviços, auxílio no faturamento das contas médicas; e autorizações e serviços de alto custo;

9.1.4 Nos prestadores credenciados, os auditores deverão se apresentar-se como auditores do IPESAÚDE e dedicarem-se exclusivamente às atividades de auditoria, sendo vedadas quaisquer outras atividades durante a carga horária mínima;

9.1.5 Quando houver, por qualquer motivo, ausência do profissional auditor nos prestadores credenciados designada na escala, a contratada deverá providenciar a substituição imediata para evitar problemas que interfiram no atendimento ao usuário;

9.1.6 A contratada deverá elaborar escala mensal dos profissionais, fornecendo à Coordenação de Auditoria/DIRAS/IPESAÚDE, cópia devidamente assinada pelos auditores e pelo responsável técnico da contratada;

9.1.7 Cumprir e fazer cumprir as normas gerais de auditoria em serviços de saúde, exaradas por órgãos competentes, bem como as rotinas estabelecidas pelo IPESAÚDE acordado com os prestadores credenciados auditados;

9.1.8 Apresentar os protocolos operacionais padrões e outros manuais de rotinas que serão praticados pela equipe de auditores;

9.1.9 A auditoria médica, além de prestar as informações técnicas de saúde, deverá informar acerca de valores praticados no mercado e realizar as negociações de valores não tabelados, conforme solicitação do IPESAÚDE.

9.1.10 A auditoria deverá sugerir alterações/inclusões/exclusões na lista referencial do IPESAÚDE, visando mantê-la atualizada.

9.1.11 A auditoria deverá instruir os processos que necessitem de manifestação técnica, conforme solicitação do IPESAÚDE.

9.2 A contratada deverá dispor de analistas de contas médicas, nos seguintes moldes:

9.2.1 Os profissionais deverão exercer as atividades na sede do IPESAÚDE, de segunda a sexta-feira, no período de 07:00 as 16:00. Nesse período, os mesmos não poderão se ausentar sem anuência do supervisor que comunicará a chefia de contas médicas os motivos, e, caso a ausência seja maior que 01 (um) dia deverá indicar substituto para exercício das atividades.

9.2.2 Os analistas de contas médicas devem realizar curso de contas médicas e/ou faturamento e/ou auditoria antes do início das atividades, e a cada 01 (um) ano, custeado ou ministrado pela contratada.

9.2.3 Se o profissional não apresentar conhecimento e expertise na área de contas médicas, e se não cumprir com os requisitos de assiduidade, responsabilidade, disciplina e profissionalismo, a contratante poderá solicitar a adequação de conduta e caso não resolvido, a substituição do mesmo.



9.2.4 Os analistas de contas médicas deverão apresentar trabalho em equipe e compartilhar as informações com a Diretoria Administrativa e Financeira - DIRAF/IPESAÚDE.

9.3 A contratada deverá atender os requisitos mínimos de qualidade na assistência prestada, livre de riscos, pautado na ética, humanização, trabalho em equipe, cooperativismo, respeito à dignidade humana;

9.4 A contratada deverá ter sede ou escritório administrativo no domicílio da contratante;

9.5 A contratada deverá subsidiar a gestão dos serviços na correção de possíveis não conformidades que venham a interferir na condução da assistência;

9.6 A contratada deverá discutir permanentemente com a gestão do IPESAÚDE o desempenho das atividades, ficando a cargo dos responsáveis técnicos e do fiscal de contrato a avaliação quanto à permanência de membros da equipe cujo desempenho atenda ou não às expectativas do serviço;

**9.7 O IPESAÚDE dispõe de equipamentos básicos, eletrônicos e móveis, destinados à prestação de serviço. Caso seja necessário a aquisição de novos equipamentos e novas tecnologias, estes serão de obrigação da contratada.**

## 10. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1 Fornecer o objeto de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Termo, atendidos os requisitos e observadas às normas constantes deste instrumento, implantando de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz;

10.2 Executar os serviços ora especificados, através de profissionais devidamente habilitados, sendo responsável pela idoneidade moral e ética dos seus profissionais, respondendo por todo e qualquer dano ou faltas que os mesmos venham a ocasionar no desempenho de suas funções;

10.3 Manter a escala permanentemente preenchida, com os respectivos telefones para contato correndo por conta da contratada a substituição de profissionais de folga, férias ou outro impedimento para a continuidade dos serviços, devendo ser imediatamente substituído qualquer profissional da contratada, a pedido da contratante, sendo desnecessária a declaração dos motivos respectivos, sendo essas ações de responsabilidade do responsável técnico;

10.4 A contratada deverá dar ciência prévia a contratante, cada vez que houver alterações decorrentes de eventuais substituições, exclusões ou inclusões;

10.5 Dar ciência imediata e por escrito à contratante sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

10.6 Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente as reclamações sobre os serviços prestados por seus profissionais;

10.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus profissionais das normas disciplinares determinadas pela contratada, devendo ser retirado, no prazo de dia 24 (vinte e quatro) horas após a notificação, qualquer profissional considerado com conduta inconveniente pela contratante;

10.8 Responsabilizar-se pela assistência de seus profissionais que se acidentarem ou foram acometidos de mal súbito durante a execução dos serviços, conforme protocolos aceitos nacionalmente;

10.9 Manter sob suas expensas, a fiscalização do andamento das atividades dos seus profissionais e de suas presenças no local designado para a execução do serviço, exercendo controle sobre a assiduidade e a pontualidade dos mesmos;

10.10 Responsabilizar-se, por eventuais paralisações dos serviços, por parte dos seus profissionais, sem repasse de qualquer ônus a contratante, para que não haja interrupção nos serviços prestados;

10.11 Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste Termo;

10.12 Arcar com todas as despesas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamentos;

10.13 Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca do objeto adquirido pelo contratante, sem prévia autorização;





10.14 Notificar ao Ipesaúde a ocorrência de qualquer irregularidade na assistência do paciente que gere danos a este ou ao Ipesaúde, em que haja suspeita de fraude ou outra ilicitude, fornecendo relatório dos dados que permitam identificar os envolvidos;

10.15 Não endossar faturas sem análise prévia e minuciosa;

10.16 Seguir as normas constantes na Lista Referencial do Ipesaúde, sugerindo modificações necessárias;

10.17 Não envolver-se em questões de ordem afetiva, familiar, política ou comercial com o credenciado e seus colaboradores;

**10.18 Como a auditoria é compreendida em um processo contínuo, a contratada deverá assumir os trabalhos no estado em que se encontram, inclusive com a análise de eventos pendentes ou consumados à época da contratação;**

10.19 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.20 Colocar à disposição do Ipesaúde, os meios necessários à comprovação da qualidade dos serviços, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito neste termo;

10.21 Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para a contratação de serviços, em até 25 (vinte e cinco) por cento, nos termos do §1º do artigo 65 da Lei federal n. 8666/93;

10.22 Apresentar relatórios mensais das atividades prestadas junto à rede credenciada, informando os pacientes internados por credenciado, tempo de permanência, custo assistenciais, autorizações concedidas e qualquer outra informação solicitada pela administração;

10.23 Apresentar relatórios trimestrais evidenciando a economia gerada através da atuação dos serviços de auditoria, tendo sempre como base o mesmo período do exercício anterior;

10.24 Nos casos de internação domiciliar, realizar visita à residência do paciente, emitindo parecer técnico quanto à indicação e prorrogação da internação, de acordo com os normativos e protocolos do Ipesaúde e autorização prévia de procedimento. A visita ao paciente internado em regime de tratamento domiciliar deverá ocorrer em até 72 (setenta e duas) horas da solicitação do Ipesaúde.

10.25 Disponibilizar em quantidade suficiente, recursos humanos, equipamentos e infraestrutura, todos em perfeito estado de conservação e funcionamento, para prestação dos serviços.

10.26 A empresa contratada, com sede em Estado distinto ou fora da região da prestação do serviço, caso vença o certame, providenciará a instalação de uma representação no município de Aracaju, informando o responsável, endereço e telefone fixo e celular para atender a quaisquer necessidades do Ipesaúde, inclusive finais de semana e feriados, para casos excepcionais que porventura venham a ocorrer no contrato de prestação de serviços, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias após assinatura do Contrato, mantendo-a durante toda a sua vigência, a fim de realizar a eficaz supervisão e execução do Contrato.

## 11. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE.

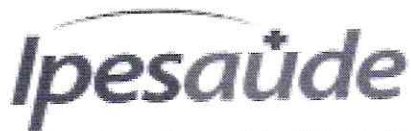
11.1 Eleger o fiscal do contrato, profissional responsável pelo gerenciamento do serviço contratado, incluindo seus mecanismos de controle do serviço executado;

11.2 Efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecida no contrato.

11.3 Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos serviços que compõe o objeto deste termo para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.4 Aplicar as sanções decorrentes de eventuais inadimplementos parciais ou totais da CONTRATADA na forma prevista neste termo.

11.5 Cumprir todas as obrigações deste contrato, bem como todas as exigências contidas no Edital, no contrato e na proposta de preços, que sejam de inteira competência do Contratante.



11.6 Fornecer todas as informações, esclarecimentos e dados obrigatórios à realização dos serviços pela Contratada.

11.7 Facilitar o exercício das funções da contratada, promovendo o bom entendimento entre seus servidores e os profissionais da contratada;

## 12. FISCALIZAÇÃO

12.1 O Contratante fiscalizará e acompanhará a execução das atividades previstas neste termo de referência, utilizando-se de todos os meios administrativos e legais obrigatórios para este fim.

12.2 O controle e a fiscalização dos serviços prestados pela empresa contratada serão realizados pelo fiscal do contrato, que dentre outros aspectos terá as seguintes atribuições:

12.2.1 Acompanhar a execução dos serviços objetivando garantir a qualidade desejada;

12.2.2 Informar à contratada sobre quaisquer irregularidades apresentadas na execução dos serviços;

12.2.3 Atestar Nota Fiscal;

12.2.4 Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar os seus serviços, dentro das normas deste contrato;

12.2.5 Entrar em contato com a Contratada sempre que tomar conhecimento por meio dos responsáveis pelo evento de que houve alguma irregularidade com a entrega do serviço;

12.2.6 Prestar aos funcionários da contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre os serviços;

12.2.7 Sugerir à Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual;

12.2.8 Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato;

12.2.9 A qualquer tempo o fiscal poderá solicitar o apoio técnico ou operacional de qualquer servidor/funcionário do IPESAÚDE para subsidiar os seus trabalhos para acompanhamento da execução contratual, podendo solicitar a administração a contratação de terceiros nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93;

12.2.10 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades;

12.2.11 Orientar o prestador de serviço quanto à interpretação e ao cumprimento deste Projeto Básico, procedendo a revisões, sempre que necessário, a fim de adequá-la ao desenvolvimento científico e tecnológico, em conformidade com a realidade do Ipesaúde;

12.2.12 Implementar o processo deste Projeto Básico, prestando esclarecimentos, quando necessário;

12.2.13 Dimensionar a demanda de procedimentos considerando as características da rede de prestadores; e,

12.2.14 Instruir devidamente os processos submetidos à análise da Central de Regulação, a fim de subsidiar a análise das peças necessárias à elaboração do LAUDO TÉCNICO.

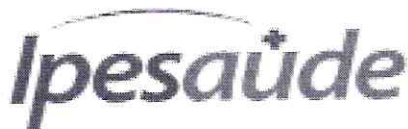
## 13. FATURAMENTO E PAGAMENTO

13.1 A contratada deverá encaminhar Nota fiscal/fatura, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente à prestação dos serviços, no setor de Protocolo do Ipesaúde, situado à Rua Campos, nº. 177, térreo, Bairro São José, nesta Capital.

13.2 A respectiva Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta de preço, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo Notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

13.3 Os pagamentos serão efetuados até 60 (sessenta) dias, a contar do competente atesto, pelo fiscal do contrato.





13.4 As Notas fiscais/Faturas que apresentem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de pagamento começará a fluir a partir da data de apresentação da Nota fiscal/Fatura corrigida e atestada.

13.5 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, prova de regularidade perante o INSS, FGTS, e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, além da Declaração de Recolhimento do ICMS da Fazenda Estadual do domicílio do contratado e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

#### 14. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da contratação correrão a conta dos recursos específicos para o exercício 2020.

| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROJETO OU ATIVIDADE | ELEMENTO DE DESPESA | FONTE DE RECURSO |
|----------------------|--------------------------------------|----------------------|---------------------|------------------|
| 15204                | 04.122.0035                          | 0688                 | 3.3.90.39.73        | 0270             |

Nos exercícios posteriores, as despesas correrão à mesma conta ou daquela que for destinada a custear este tipo de despesa no orçamento do Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe.

#### 15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A inobservância pela contratada de cláusulas ou obrigações constantes do contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o Ipesaúde, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso as seguintes penalidades contratuais:

15.1.1. advertência;

15.1.2. multa;

15.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

15.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

15.2 As sanções mencionadas nos subitens anteriores não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato administrativo, nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

15.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas dos contratos celebrados.

15.4. A multa aplicável será de:

15.4.1. 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado;

15.4.2. 5% (cinco por cento) por descumprimento do prazo de execução, calculados sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 15.4.1;

15.4.3. 10% (dez por cento):

a) pela recusa injustificada em assinar o contrato no prazo estabelecido;

b) pela rescisão da avença, calculados sobre o valor total do contrato; e/ou

c) pela recusa injustificada em prestar total ou parcialmente o serviço, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

15.4.4. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente à contratada devidos ou cobrada judicialmente.

15.5. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo da prestação do serviço, se dia de expediente normal no Ipesaúde, ou do primeiro dia útil seguinte.

15.6. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

15.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução de serviços, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa.

15.8. A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstam a participação em licitação e a contratação com a Administração, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

15.8.1. por 6 (seis) meses, nos casos de:

a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida.

15.8.2. por 12 (doze) meses, nos casos de:

a) retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

15.8.3. por 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

a) entregar como verdadeira, mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) paralisação de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;

c) praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos de licitação no âmbito do Ipesaúde; ou

d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

15.9. Será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, por tempo indeterminado, o fornecedor que:

a) não regularizar a inadimplência contratual nos prazos estipulados neste edital; ou

b) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de ato ilícito praticado.

15.9.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

15.9.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeitos em relação tanto à Administração Direta, Autárquica e Fundacional, às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Sergipe, quanto à Administração Pública da União, demais Estados, Municípios e Distrito Federal.

15.10. Em qualquer hipótese é assegurado à contratada amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos.

## 16. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL





16.1. A execução do contrato que se pretende contratar será fiscalizada pelo Setor de Auditoria do IPESAÚDE, com autoridade para exercer, como representante da Administração do IPESAÚDE, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

16.2. À fiscalização compete, entre outras atribuições:

- I - Encaminhar à Diretoria o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à contratada;
- II - Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato;
- III - Acompanhar e atestar o recebimento definitivo da execução dos serviços, indicando as ocorrências verificadas;
- IV - Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela contratada, nos termos da proposta apresentada e de acordo com as especificações dos serviços;
- V - Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela contratada, necessários ao bom andamento dos serviços;
- VI - Comunicar à contratada quaisquer irregularidades na execução dos serviços, para adoção das medidas cabíveis;

16.3. A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

## 17. RESCISÃO

15.1 Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93.

§ 1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§ 2º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

## 18. DA VIGÊNCIA

O contrato firmado para a execução do objeto deste projeto básico terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57,II, da Lei nº 8.666/93, por se tratar de serviço de natureza contínua.

## 19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Durante toda a execução do Contrato a contratada se obriga a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, aplicando-se neste contrato, no que couber, as disposições contidas no Art. 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

19.2. Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta protocolada, telegrama, fax, meio eletrônico, na sede da contratada;

19.3. A contratada declara, expressamente, que tem pleno conhecimento dos serviços contratados, devendo cumprir e fazer cumprir todas as diretrizes, normas, regulamentos impostos por este Projeto Básico e Edital.

19.4. Qualquer tolerância da contratante quanto a eventuais infrações contratuais não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

Aracaju, 05 de novembro de 2019.

LÍCIA MARIA NOVAES  
Assesora Executiva do Ipesaude